

**PORTARIA Nº 2470/2018**

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor efetivo.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 37 da Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017, que alterou a Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, c/c o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018, e ao apreciar o Processo Administrativo nº 8523585-16.2018.8.06.0000,

**RESOLVE** lotar o servidor RONALDO CASSIMIRO MARQUEZAN BERLEZE LORENZEN PIPPI, Técnico Judiciário, Área: Técnico – Administrativa, matrícula nº 22589, lotado na Coordenadoria de Fiscalização das Receitas, na Assessoria de Precatórios, a partir do dia 07 de janeiro de 2019.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

s

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA Nº 2471/2018**

Dispõe sobre renovação de cessão de servidores.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso III, da Lei 15.833, de 27 de julho de 2015,

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 8521602-79.2018.8.06.0000,

**RESOLVE Autorizar** a renovação das cessões dos servidores **YANNE MICHELLE AUSTREGESILIO DIOGENES SAID**, Técnica Judiciária, matrícula nº 4398 e **ELTON ALVES GURGEL**, Analista Judiciário – Área Judiciária, matrícula nº 1014, para continuarem a exercer as suas funções junto à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), pelo período de um ano, a partir de 01/01/2019, com ônus para a origem, mediante ressarcimento pelo órgão cessionário, conforme o que dispõe a Resolução do Órgão Especial nº 21/2017, que disciplina a cessão de servidor efetivo de Poder Judiciário do Estado do Ceará para órgão externo e dá outras providências.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 2472/2018**

**Institui Grupo de Trabalho para implementação da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, etc.**

**CONSIDERANDO** a solicitação da Exma. Desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, Coordenadora da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Estado do Ceará, constante do Procedimento Administrativo nº 8520477-76.2018.8.06.0000;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violências;

**CONSIDERANDO**, por fim, que o Depoimento Especial deve seguir procedimentos definidos na referida Lei, inclusive no que concerne à estrutura física adequada à acolhida humanizada de crianças e adolescentes;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído o Grupo de Trabalho com finalidade de planejar, executar e monitorar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, ações necessárias à implementação da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, dentre elas:

I. Mapear dados sobre processos que envolvam crianças e adolescentes e que tramitam nas Varas Criminais, nas Varas do Júri, nas Vara de Delitos de Tráfico de Drogas e nas Varas da Infância e da Juventude;

II. Promover encontros intersetoriais com as unidades judiciárias e administrativas, a fim de aprimorar os fluxos de secretaria, em processos que figurem como parte a criança e/ou o adolescente;

III. Promover ciclo de palestras e divulgação de materiais atinentes à implementação da Lei;

IV. Apresentar projeto para a criação da Central de Depoimento Especial – CDE, bem como a criação de Núcleos Regionais;

V. Promover a capacitação de entrevistadores forenses;

VI. Promover encontros interinstitucionais com Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitura e outros com finalidade de discutir propostas relacionadas a implementação da Lei.

**Art. 2º** Ficam designados para compor o Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria os seguintes magistrados e servidores:

I. Mabel Viana Maciel, Juíza de Direito Titular do Juizado Auxiliar Privativo da 3ª Vara da Infância e Juventude, que o coordenará;

II. Raimundo Deusdeth Rodrigues Júnior, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza;

III. Ilma Maria Lima de Castro, Juíza de Direito Titular da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza;

IV. Rochelli Lopes Trigueiro, psicóloga judiciária com a atuação na 12ª Vara Criminal de Fortaleza;

V. Ana Celina Nunes França, Analista Judiciária, matrícula nº 9653;

VI. Ioneide Monteiro de Carvalho, Analista Judiciária, matrícula nº 1900;

VII. Maria Meire Costa Pereira, Analista Judiciária, matrícula nº 1478;

VIII. Priscila Fonseca Teófilo, Assistente do Núcleo de Psicologia e Serviço Social, matrícula nº 41451.

IX. Iana Martins Araújo, Auxiliar judiciário, matrícula nº 4882;

**Art. 3º** Os membros indicados desempenharão suas tarefas sem prejuízo das atribuições dos cargos que ocupam e sem mudança das respectivas lotações.

**Art. 4º** Os trabalhos do grupo terão duração de 6 meses, a partir da publicação desta Portaria, com prazo adicional de 30 dias para apresentação de relatório das atividades desenvolvidas.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de dezembro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**  
PRESIDENTE

#### **PORTARIA Nº 2473/2018**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 8517485-42.2018.8.06.0001,

**RESOLVE** exonerar HELAINE DIOGO URSULINO DE QUEIROZ, Técnico Judiciário, Área Judiciária, matrícula nº 8884, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Supervisor, símbolo DAJ-3, da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza, e nomeá-la para o cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-4, da Vara de Crimes contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza, de entrância final.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

#### **PORTARIA Nº 2474/2018**

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 8500910-14.2018.8.06.0112,

**RESOLVE** exonerar, a pedido, MIKE QUEIROZ OLIVEIRA, matrícula nº 41006, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Supervisor Operacional, símbolo DAJ-4, da Secretaria Judiciária Regional de 1º grau das Comarcas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará